

O TRABALHO, A OCUPAÇÃO E O EMPREGO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Aimoré Woleck

Associação Educacional Leonardo da Vinci
Curso de Especialização

RESUMO

Neste artigo, discutem-se esses temas sob o enfoque da História, procurando esclarecer o conceito que se deu a cada um deles nos diferentes momentos da existência humana. Além de tratar da contextualização histórica dos mesmos, se evidenciam os desafios com que as sociedades atuais se defrontam, como a mundialização da economia e o uso cada vez maior da tecnologia. Infere-se deste estudo que, ao longo das várias fases da civilização humana, o trabalho era atividade dos servos e dos escravos, e que, na era moderna, esse entendimento está associado a emprego. Assim, as organizações que pretendem desenvolver a empregabilidade de seus membros precisam levar em conta a necessidade de trabalho das pessoas numa perspectiva de ocupação humana.

PALAVRAS-CHAVE:

Trabalho - Ocupação - Emprego.

1. INTRODUÇÃO

Durante aproximadamente 30 anos, após a Segunda Guerra Mundial, as sociedades industrializadas conviveram com crescimento econômico, progresso material, avanço da ciência e da tecnologia e melhoria geral das condições de vida, talvez nunca imaginada. O avanço tecnológico atingiu um patamar sem precedentes na história da civilização ocidental. Nos últimos 25 anos, no entanto, vive-se um processo de crise, em decorrência, principalmente, do processo de mundialização do capital. Os governos estão endividados, e as economias estão cada vez mais longe de proporcionarem condições de emprego àqueles que já estão ou entram no mercado de trabalho. Paradoxalmente, esses fatos estão acontecendo em um período de crescimento e de elevada produtividade. Por outro lado, são poucos os países que fogem dessa condição crítica, pois quase todos enfrentam a crise do desemprego e a

degradação social por ela causada. O declínio do emprego retrata, portanto, a possibilidade objetiva de um cenário social caótico nos países em que ele se torna agudo, a não ser que surjam alternativas que permitam às pessoas o exercício do trabalho autônomo e outras formas de ocupação que lhes propiciem meios de vida. Essas foram as alternativas consagradas ao longo da história, uma vez que o emprego é um fenômeno da modernidade.

Este estudo resgata o entendimento do trabalho, da ocupação e do emprego a partir de um mergulho na História. Nele se evidencia que estes conceitos pertencem, simultaneamente, à esfera da reflexão teórica e da realidade empírica. Constata-se, também, a importância que eles adquirem na vida das pessoas e da sociedade moderna.

Para dar seqüência ao propósito deste artigo, faz-se uma visita aos diferentes momentos da História para que se possa entender os conceitos de trabalho, ocupação e emprego. Em seguida, analisam-se os principais fenômenos associados a cada um deles. Ao final, faz-se um comentário sobre os principais assuntos abordados, correlacionando-os com a empregabilidade.

2. TRABALHO, OCUPAÇÃO E EMPREGO AO LONGO DA HISTÓRIA

Nesta parte se discute o entendimento que foi dado, ao longo da História, às questões pertinentes ao trabalho, à ocupação e ao emprego. Para proporcionar maior clareza, focaliza-se, primeiro, o trabalho; em seguida, a ocupação; depois, o emprego; por último, o trabalho e o emprego no limiar do novo milênio.

2.1. Trabalho

Na Antigüidade, o trabalho era entendido como a atividade dos que haviam perdido a liberdade. O seu significado confundia-se com o de sofrimento ou infortúnio. O homem, no exercício do trabalho, sofre ao vacilar sob um fardo. O fardo pode ser invisível, pois, na verdade, é o fardo social da falta de independência e de liberdade. (KURZ: 1997, p.3).

Na tradição judaico-cristã, o trabalho associa-se à noção de punição, de maldição, como está registrado no Antigo Testamento (punição do pecado original). Na Bíblia, o trabalho é apresentado como uma necessidade que leva à fadiga e que resulta de uma maldição: "*Comerás o pão com o suor de teu rosto*" (Gn. 3,19). Decorre desse princípio

bíblico o sentido de obrigação, dever e responsabilidade. A equiparação entre trabalho e sofrimento não é o de simples cansaço; representa, também, uma condição social.

O significado de sofrimento e de punição perpassou pela história da civilização, diretamente se relacionando ao sentido do termo que deu origem à palavra trabalho. Essa vem do latim vulgar *tripalium*, embora seja, às vezes, associada a *trabaculum*. *Tripalum* era um instrumento feito de três paus aguçados, com ponta de ferro, no qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los. Associa-se a palavra trabalho ao verbo *tripaliare*, igualmente do latim vulgar, que significava "torturar sobre o *tripalium*", mencionado como uma armação de três troncos, ou seja, suplício que substituiu o da cruz, instrumento de tortura no mundo cristão. Por muito tempo, a palavra trabalho significou experiência dolorosa, padecimento, cativo, castigo. (BUENO: 1988, p.25).

Os gregos utilizavam duas palavras para designar "trabalho: *ponos*, que faz referência a esforço e à penalidade, e *ergon*, que designa criação, obra de arte. Isso estabelece a diferença entre trabalhar no sentido de penar, *ponein*, e trabalhar no sentido de criar, *ergazomai*. Parece que a contradição "trabalho-ponos" e "trabalho-ergon" continua central na concepção moderna de trabalho. Pode-se observar em diferentes línguas (grego, latim, francês, alemão, russo, português) que o termo trabalho tem, em sua raiz, dois significados: esforço, fardo, sofrimento e criação, obra de arte, recriação.

Na Antiguidade, distinguia-se trabalho de labor. Essas palavras têm etimologia diferente para designar o que hoje se considera a mesma atividade. Ambas conservam seu sentido, a despeito de serem repetidamente usadas como sinônimos. O trabalho, além do labor e da ação, é um dos elementos da vida ativa. "*O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana. A ação corresponde à condição humana*" (ALBORNOZ: 1988, p.23).

O trabalho não está, necessariamente, contido no ciclo repetitivo vital da espécie. É por meio do trabalho que o homem cria coisas a partir do que extrai da natureza, convertendo o mundo num espaço de objetos partilhados. Diferencia-se, então, o labor do trabalho. O primeiro é um processo de transformação da natureza para a satisfação das necessidades vitais do homem. O segundo, é um processo de transformação da natureza para responder àquilo que é um desejo do ser humano, emprestando-lhe certa permanência e durabilidade histórica.

Na sociedade grega, berço da civilização ocidental, o trabalho era visto em função do produto, e este, por sua vez, em função de sua utilidade ou capacidade de satisfazer à necessidade humana. O que contava era o valor de uso e não o valor de troca, isto é, o valor de uma mercadoria em relação às outras. O valor do produto como mercadoria não passava do

valor de uso para outra pessoa. É possível perceber que a concepção de valor e de riqueza tinha alicerces diferentes dos que norteiam, atualmente, a produção e a distribuição no Ocidente.

Por isso, até 1690, não se concebia que o homem tivesse direito natural à propriedade em decorrência do seu trabalho; depois de 1690, a idéia passou a ser axioma da Ciência Social. Nenhum dos autores clássicos da Antigüidade jamais pensou no trabalho como possível fonte de riqueza (VÁZQUEZ: 1977, p.31).

A partir do século XVII, criou-se uma sociedade que não situa em primeiro plano a natureza ou a produção a serviço da transformação do homem, do cidadão da *polis*. Nela, o uso da mente por todos os homens não é considerado como próprio de homens livres, porquanto o trabalho físico, por seu caráter servil e humilhante, repousa nos ombros daqueles que, na sociedade antiga, eram os escravos.

Na Antigüidade, um homem livre podia cansar-se em certas circunstâncias e, ainda assim, obter satisfação da situação. Era rejeitada não a atividade em si ou o trabalho manual, mas a submissão do homem a outro homem ou a uma "profissão" (KURZ: 1997, p.3).

O trabalho, na Antigüidade, não se desvincula do entendimento da escravatura, que foi um recurso usado para excluí-lo da condição de vida do homem. Essa exclusão só podia ser viabilizada pela institucionalização da escravatura, dadas a capacidade de produção e a concepção de vida e de sociedade vivenciadas no período.

Na tradição cristã, a Reforma Protestante fez com que o trabalho passasse a ser visto como instrumento de salvação e como forma de realizar a vontade divina. Na tradição oriental, as religiões viam o trabalho como uma atividade que harmoniza os homens com a natureza e que desenvolve o seu caráter.

No final da Idade Média, expressava-se o trabalho com o sentido positivo que passou a incorporar: era encarado como uma ação autocriadora, e o homem, em seu trabalho, como senhor de si e da natureza. Deu-se valorização positiva ao trabalho, considerado, então, como um espaço de aplicação das capacidades humanas. Acompanhava-o a noção de empenho, que é o esforço para atingir determinado objetivo. Naquele período, surgiram mudanças significativas que produziram lastros que sustentariam a Era Moderna. Entre as mudanças encontram-se a revolução agrícola, o surgimento das cidades e, sobretudo, a implantação da sociedade patriarcal, com valores e conceitos que vieram dominar a sociedade ocidental moderna.

O Calvinismo transformou o trabalho em instrumento para a aquisição de riquezas, meio de sucesso no mundo terreno, que permitiria ao homem sentir-se escolhido por Deus. A mentalidade protestante conjugou-se à sede de dinheiro dos Estados absolutistas pré-

modernos e sua militarização da economia (WEBER: 1944, p.52). Desse modo, todos os homens formalmente livres da Modernidade foram submetidos àquela forma menor de atividade (KURZ: 1997, p.3), ou seja, ao trabalho considerado pelos antigos como a essência da servidão e, por isso, como sofrimento.

Estudiosos argumentam que o trabalho, como ato concreto, individual ou coletivo, é uma experiência social por definição e que constitui e explica grande parte da sociedade capitalista. Considera-se, também, que "[...] *as facetas essenciais do processo de socialização da construção identitária, das formas de dominação e de resistência, enfim da dinâmica contraditória da economia de mercado, têm sua origem nas situações laborais e nas relações sociais estruturadas na atividade produtiva*" (CATTANI: 1996, p.39).

No século XVIII, com a ascensão da burguesia, com o desenvolvimento das fontes produtivas, com a transformação da natureza e com a evolução da técnica e da ciência, enfatizou-se a condenação do ócio, sacralizando-se o trabalho e a produtividade (KURZ: 1997, p.3).

Na Idade Moderna, passou-se a fazer diferenciação entre o trabalho qualificado e o não qualificado, entre o produtivo e o não produtivo, aprofundando-se a distinção entre trabalho manual e intelectual. Essas concepções diferenciadas não deixam de ser o entendimento subjacente à distinção fundamental entre labor e trabalho do período helênico. O que ocorreu foi o deslocamento do labor, que possui, tanto na esfera pública como na esfera privada, uma produtividade própria, por maus fúteis ou pouco duráveis que sejam os seus produtos e seu consumo.

Nessa era, o trabalho tornou-se uma atividade compulsiva e incessante; a servidão tornou-se liberdade, e a liberdade, servidão (KURZ: 1997, p.3). Para o homem dos tempos modernos, o tempo livre inexistente ou é escasso. "*Tempo é dinheiro*". A lógica do trabalho perpassou a cultura, o esporte e, até mesmo, a intimidade. Todas as atividades humanas passaram a ser foco de negócios ou tornaram-se oportunidades para alguém ganhar dinheiro, lógica que se apoderou de todas as esferas da vida e da existência humana. Para grande maioria das pessoas, o trabalho transformou-se em emprego na sociedade moderna.

Segundo MARX (1983, p.149), "[...] *o trabalho revela o modo como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida e, assim, põe a nu o modo de formação de suas relações sociais e das idéias que fluem destas*". Para o autor, o trabalho é o centro das atividades especificamente humanas. Sob essa ótica, os homens relacionam-se com a natureza por intermédio do trabalho. Considera, ainda, que, "[...] *ao submetê-la aos seus próprios fins, o homem realiza, neste sentido, uma humanização da natureza*" (p.150). O trabalho é a categoria que funda o desenvolvimento do mundo dos

homens como uma esfera distinta da natureza; não é apenas a relação dos homens entre si no contexto da reprodução social; o seu desenvolvimento exige o desenvolvimento concomitante das relações sociais.

O modo antigo de produção baseia-se no trabalho do escravo; o feudal, no trabalho dos servos da gleba; o capitalista, no trabalho do empregado assalariado.

2.2. Ocupação

Na Antigüidade, as pessoas livres eram ocupadas. Para os gregos, havia as ocupações de caráter inferior e as de caráter superior. As atividades superiores estavam vinculadas à participação do homem na *pólis*. As ocupações eram entendidas como atividades que visavam à satisfação pessoal e eram desenvolvidas por escolha própria. O aparecimento da economia monetária acentua a distinção entre ocupação como meio de ganhar a vida e ocupação como meio de manter o *status quo*. Cada sociedade, na sua dinâmica estrutural e conjuntural, cria e recria a ocupação humana.

A estrutura das ocupações nas sociedades modernas é resultante do avanço e da aplicação da ciência ao processo de produção; é consequência, portanto, do desenvolvimento da tecnologia, da divisão e organização do trabalho, da expansão dos mercados e do crescimento de pólos comerciais ou industriais. Por isso, diferencia-se o fluxo das ocupações nas sociedades tradicionais e modernas, cujo ritmo de aparecimento, maturação e obsolescência das mudanças é extremamente rápido nestas e mais estabilizado naquelas.

O principal uso do termo ocupação, em Ciências Sociais, segue o sentido comum, que é o de emprego, negócio ou profissão. "*A ocupação de uma pessoa é a espécie de trabalho feito por ela, independente da indústria em que esse trabalho é realizado e do status que o emprego confere ao indivíduo*" (Dicionário de Ciências Sociais: 1986, p.829).

Trabalho não é ocupação, todas as classes sociais detêm sua forma de ocupação, e todas as pessoas mantêm sua ocupação. Assim como o camponês, o proprietário, na medida em que conserva uma função positiva, tem sua ocupação. O que caracteriza o operário ou trabalhador, no sentido mais restrito, "[...] *é que ele trabalha para outra pessoa. Ele é (não tenhamos medo de dizer) um servidor*". (RAMOS: 1989, p.122).

Na Idade Moderna, a ocupação distingue-se de trabalho (prática de esforço ou mera atividade subordinada às necessidades do processo de produção) e de carreira (seqüência ou progressão de posições dentro da mesma ocupação, que levam de um *status* inferior a um *status* superior). (*Ibidem*: 1989, p.123).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - do IBGE (1995), classificou as ocupações por ramos e classes de atividade. A pesquisa apresenta seis categorias de posição na ocupação:

- a) empregado;
- b) trabalhador doméstico;
- c) conta-própria;
- d) empregador;
- e) trabalhador não remunerado, membro da unidade domiciliar;
- f) outro trabalhador não remunerado.

No que diz respeito à categoria do emprego, a pesquisa classificou os empregados em:

- a) com carteira de trabalho assinada;
- b) militares e funcionários públicos estatutários;
- c) outros.

O agrupamento das ocupações é feito, aqui, como no decorrer de toda a História da sociedade brasileira de acordo com sua posição ou "prestígio", tendo sido estabelecida uma escala de *status* no país desde 1947. A percepção do *status* ocupacional é mutante, acompanhando a dinâmica da sociedade e a evolução do sistema produtivo.

Assim, a ocupação humana, numa dada sociedade, também leva em conta as crenças e valores que perpassam a vida humana associada, e não é por acaso que a lógica subjacente às relações sociais reduziu e circunscreveu a ocupação ao trabalho e ao emprego na sociedade atual.

2.3. Emprego

A palavra emprego, da língua inglesa, tem sua origem em 1400 d.C. Até o início do século XVIII, se referia a alguma tarefa ou determinada empreitada; nunca se referia a um papel ou a uma posição numa organização. A partir do século XIX, passou a ser entendida como o trabalho realizado nas fábricas ou nas burocracias das nações em fase de industrialização.

Resgatando a origem do significado da palavra emprego, BRIDGES (1995, p.19) comenta que "[...] *tanto job (emprego) como gob (bocado) podem, de fato, ter surgido originalmente de uma palavra cética, gob ou gop, significando 'boca'*". No início, tinha o sentido de "pedacinho" de alguma coisa; depois, a palavra começou a ampliar seu

significado, passando a incluir "grandes montes" de coisas, como montes de ferro ou estrume de curral (a idéia de que o emprego original possa ter sido um "monte de estrume" parece bastante moderna para muitos trabalhadores).

A conotação moderna do termo emprego reflete a relação entre o indivíduo e a organização onde uma tarefa produtiva é realizada, pela qual aquele recebe rendimentos, e cujos bens ou serviços são passíveis de transações no mercado (SOUZA: 1981, p.26).

O emprego é um fenômeno da Modernidade. Em tempo anterior ao advento da sociedade centrada no mercado, não era "[...] o critério principal para definir a significação social do indivíduo, e nos contextos pré-industriais as pessoas produziam e tinham ocupações sem serem, necessariamente, detentoras de empregos" (RAMOS: 1989, p.101).

No passado pré-industrial, antes que as fábricas transformassem o trabalho em rotina, as pessoas trabalhavam arduamente, mas não utilizavam um emprego para estruturar e conter suas atividades.

Anteriormente ao século XIX, as pessoas não tinham empregos no sentido fixo e unitário; faziam serviços na forma de um fluxo constantemente mutante de tarefas. "*Seus empregos não eram supridos por uma organização, mas pelas exigências de suas condições de vida, pelas exigências de um empregador e pelas coisas que precisavam ser feitas naquele momento e lugar*" (BRIDGES: 1995, p.38).

Na sociedade centrada no mercado dos nossos dias, como já foi dito antes, o emprego passa a ser o critério que define a significação social dos indivíduos. Com o estabelecimento da divisão do trabalho, o homem vive numa base de troca. Isso lhe garante, por meio do exercício do emprego, os bens e serviços de que necessita, pois recebe em troca um salário com o qual compra o que é necessário para sobreviver ou, pelo menos, o que seja possível adquirir para viver. Muitos deles, atualmente, não conseguem mais viver com dignidade com os salários que recebem.

Os empregos tornaram-se tanto comuns quanto importantes; passaram a ser, nada menos, do que o único caminho amplamente disponível para a segurança, para o sucesso e para a satisfação das necessidades de sobrevivência. "*Agora, porém, estão desaparecendo da paisagem econômica. Igual a muitas espécies pegas no fluxo e refluxo da evolução, os empregos emergiram sob um conjunto de condições e agora começaram a desvanecer-se sob outro*" (BRIDGES: 1995, p.36-37).

A relação emprego *versus* pessoa desocupada é, também, um fenômeno da Era Moderna. No plano estrutural das sociedades pré-industriais, o desemprego como característica de desocupação era inconcebível, já que elas asseguravam uma função produtiva a qualquer pessoa que reconhecessem como um de seus membros. Em tais

sociedades, o que poderia se assemelhar ao desemprego em massa de nossos dias seria resultado esporádico de acontecimentos perturbadores, como secas, guerras, rixas entre famílias ou pragas. Nesse tipo de sociedade, a menos que houvesse um fator externo a ela, nenhum de seus membros morreria de fome.

Adam Smith (1776) (In: RAMOS: 1989, p.101) reconhece que a sociedade de mercado transforma o homem, necessariamente, em um detentor de emprego. Onde uma vez se estabeleça a divisão do trabalho, "[...] *todo homem vive numa base de troca ou, de alguma forma, torna-se um comerciante, e a própria sociedade passa a ser aquilo que constitui, de fato, uma sociedade comercial*".

Nesse tipo de sociedade em que tudo gira em torno do conceito de comércio, o indivíduo, exercendo o emprego, recebe um salário, um certo montante em dinheiro, com o qual compra o que lhe é possível adquirir. Com isso, garante o acesso aos bens e aos serviços de que necessita. O emprego passou a ser categoria dominante - se não exclusiva - para reconhecimento do valor dos propósitos humanos. Numa sociedade assim, não ser empregado é sinônimo de ser imprestável ou excluído. Para a economia, como concebida em suas origens, o emprego formal é pedra angular para seu funcionamento. Vale afirmar que não é apenas o emprego que passa por profundas transformações, a economia em si também passa .

Ao escrever *A Riqueza das Nações*, Smith lamentava haver na Inglaterra regiões que eram obstáculos à civilização. Escrevia ele que "[...] *quando o mercado é pequeno, ninguém pode ter estímulo para se dedicar a uma única opção*" (In: RAMOS, 1989, p.17).

Com o passar do tempo, as pessoas foram aprendendo ofícios que as tornaram detentoras de empregos, passando, a partir daí, a serem parte do tipo de força de trabalho que emergia. Dentro da lei da oferta e da procura, proporcionar-se-ia emprego a todos os indivíduos que estivessem dispostos a trabalhar.

Portanto, não é de estranhar que, durante toda a Idade Moderna, as pessoas tenham sido medidas por seu valor no mercado de trabalho, uma vez que esse valor se expressava, também, no potencial de consumo que elas representavam. "*Agora que a mercadoria valor do trabalho humano está se tornando cada vez mais tangencial e irrelevante, em um mundo cada vez mais automatizado, novas maneiras de definir o valor humano e os relacionamentos sociais precisam ser exploradas*" (RIFKIN: 1995, p.41).

Na segunda metade do século XX, o trabalho "de massa" no mercado, ou o emprego, decresceu em, praticamente, todas as nações industrializadas do mundo. "Máquinas inteligentes" estão substituindo seres humanos em incontáveis tarefas, empurrando milhões de operários e trabalhadores de escritórios para as filas do desemprego, para as filas do auxílio-desemprego ou, ainda, para outras formas de ocupação que lhes garantam a sobrevivência.

3. TRABALHO E EMPREGO NO NOVO MILÊNIO: FRAGMENTO DA REALIDADE

Com a chegada do século XXI, as análises e previsões feitas durante a década de 90 que, no ano 2001, o avanço tecnológico levaria à substituição dos trabalhadores por máquinas inteligentes nas atividades que demandavam esforços físicos e que se trabalharia somente trinta horas por semana, sendo o restante do tempo destinado ao lazer, soam como algo duvidoso e até paradoxal. (HANDY: 1995, p.31).

Por outro lado, os que estão sendo demitidos e voltam a trabalhar passam a receber um salário, em média, 30% menor do que o salário anterior. Há, no ar, uma grande indagação: como se poderá garantir a sobrevivência das pessoas em tais condições? (THUROW: 1997, p.28).

O capitalismo contemporâneo vem, nas últimas décadas, engendrando profundas mudanças no mercado de trabalho. Essas mudanças se expressam, principalmente, pela globalização das finanças, pela crescente precarização das relações de trabalho, pelas taxas elevadas de desemprego, pelo deslocamento geográfico de organismos produtivos e absorvedores de mão-de-obra e pela eliminação de postos de trabalho na indústria e nos serviços.

Entende-se por precarização das relações de trabalho a substituição das relações formalizadas de emprego que, no Brasil, expressam-se em registros na carteira de trabalho por relações informais de compra e venda de serviços, que vêm se constituindo, principalmente, pelas formas de contratação por tempo limitado, de assalariamento sem registro, de trabalho a domicílio e outras. (SINGER, 1995, p.2).

O trabalho temporário, por tempo determinado e de meio período, está aumentando sua importância no índice total de crescimento dos empregos. Tais tipos de trabalho envolvem, tipicamente, salários mais baixos, alguns benefícios a menos e menor segurança do que o emprego mais tradicional. Isso, por sua vez, está levando a uma polarização da força de trabalho: trabalhadores de tempo integral comparativamente produzem mais resultados, enquanto trabalhadores com menos segurança produzem comparativamente menos (*Ibidem*: 1995, p.48).

Desse fato resultam vários problemas sociais. Numa época em que o governo está tentando reduzir sua responsabilidade quanto aos benefícios sociais, como a seguridade na terceira idade, um segmento cada vez maior da população perde acesso aos tipos de pensão

privada e aos planos de benefício que poderiam tornar os cidadãos auto-suficientes na aposentadoria.

MATTOSO (1996, p.116), em seu livro *A Desordem do Trabalho*, chama a atenção para a insegurança do trabalho, que engloba a insegurança no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação, na representação do trabalho, na defesa do trabalho e na organização sindical.

Desde o início dos anos 90, o grau de informalidade tem aumentado no mercado de trabalho brasileiro. Em 24 meses de Plano Real, segundo PASTORE (1997, p.81), a renda cresceu 33% no setor formal e 38% no setor informal. O salário médio do setor formal alcançou R\$ 530,00 e, no setor informal, R\$480,00. Por causa da carga tributária, a renda líquida mensal nos dois setores, acabou sendo, aproximadamente, a mesma. "*Mas precisamos considerar que, no setor formal, o trabalhador recebe FGTS, 13º Salário e abono de férias*", observa ainda o autor.

Segundo estudos do próprio Ministério do Trabalho e Emprego (2000), o índice de trabalhadores com carteira assinada está em declínio. Cresce, ao mesmo tempo, de forma exponencial, um segmento de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada. O fato é explicado como sendo resultado de diversos fatores:

- 1) a ampliação do contingente de trabalhadores autônomos, decorrente das novas formas de produção, das relações de trabalho e do processo de terceirização,
- 2) o aumento relativo do emprego no setor de serviços, gerador tradicional de empregos e
- 3) o funcionamento dos fatores institucionais associados ao sistema de seguridade social e à legislação trabalhista como um incentivo para que empresas e trabalhadores optem por estabelecer relações informais de trabalho.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no setor formal do mercado de trabalho, onde estão os trabalhadores protegidos por contratos de trabalho e pelos estatutos públicos, foram eliminados cerca de 2,56 milhões de empregos, entre janeiro de 1990 e dezembro de 2000. A geração de emprego no setor formal tem tido uma tendência declinante a partir de 1990, explicada, em grande parte, pela queda do emprego industrial. Entre 1990 e 2000, o emprego formal declinou 8,4%.

Nesse contexto, até 1998, a taxa de desemprego no Brasil permaneceu em torno de 5,5%, um nível considerado baixo para os padrões internacionais. Mais recentemente, ocorreu uma elevação na taxa que, entre janeiro e junho de 1999, passou para 7,8%, em termos

médios (MTE: 2000). Em 2000, segundo dados do IBGE, a média do ano ficou em torno de 7,6%.

Os estudos sobre a questão do mercado de trabalho evidenciam que, nos últimos anos, ocorreu um aumento no perfil educacional da mão-de-obra. Entre 1994 e o início de 2000, a proporção de ocupados com nível de escolaridade entre 0 e 4 anos de estudo caiu de 37% para 29% (queda de 8 pontos percentuais), enquanto a parcela de trabalhadores com mais de 9 anos de estudo se elevou de cerca de 36% para 44% (aumento de idênticos 8 pontos percentuais) (MTE: 2000).

Se, por um lado, a elevação do nível de qualificação da mão-de-obra reflete a melhoria do perfil educacional da população na sua totalidade, por outro, isso se deve à demanda maior por parte das empresas de trabalhadores mais escolarizados.

Entre 1992 e 1998, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, houve um corte de 2,44 milhões de vagas no Brasil, das quais 755 mil no período pós-Real. Entre os meses de março e maio de 1998, ocorreu um aumento expressivo de 406 mil novos empregos. Esse número não foi suficiente para compensar as perdas de cerca de 560 mil empregos, ocorridas entre novembro de 1999 e fevereiro de 2000.

No Brasil, o desemprego já atinge cerca da metade dos excedentes oriundos da agricultura e da economia competitiva. As grandes cidades estão convivendo com pessoas que procuram, por conta própria, garantir sua sobrevivência. Exemplo disso são os biscateiros (profissionais sem definição, que se adaptam a qualquer atividade), os camelôs e os que optam pela prestação de serviços a domicílio (encanador, eletricista, etc.). Além do mais, alastra-se o entendimento, por parte de um segmento populacional, de que é preciso voltar-se para o "faça você mesmo".

Um fenômeno recente que se manifesta é a organização de profissionais de diferentes áreas que trocam, gratuitamente, serviços entre si, e de profissionais da mesma área que distribuem entre os seus membros os serviços contratados por qualquer um deles.

O aumento da renda na economia informal mostra que os trabalhadores sem carteira fortalecem seu poder de barganha. Se a legislação impõe o pagamento de elevados encargos trabalhistas às empresas, a informalidade aumenta sua capacidade de competir, ao contrário do setor formal. O crescimento da renda informal é sinal de atividade econômica em formas produtivas diferentes daquelas oficialmente reconhecidas, ou seja, atividade econômica que se realiza nos sistemas conviviais. (RAMOS: 1989, p.113).

Qualquer trabalhador pode ler as estatísticas e reportagens publicadas pela imprensa diariamente e verificar que, nas últimas décadas, em todo o mundo, o nível de produtividade está crescendo enquanto decrescem os índices de emprego. As notícias do *front* industrial

revelam, com otimismo, o aumento do índice de produtividade que, no entanto, não gera empregos nem reverte em benefício da melhoria ou elevação do padrão salarial dos trabalhadores. Ao contrário, os níveis salariais dos trabalhadores estão decaindo, assim como aumenta a exclusão dos trabalhadores do mercado formal de trabalho. Dessa maneira, o que aparece é que não há evidência, a curto prazo, de indicativos de mudança na trajetória de recuperação do mercado de trabalho.

4. CONCLUSÃO

Até o início da Idade Moderna, o entendimento da palavra trabalho era diferente do entendimento que se tinha de ocupação. Atualmente, o conceito de ocupação é associado ao termo trabalho e emprego.

Na Modernidade, gradativamente, o trabalho foi sendo compreendido como ocupação econômica, transformando-se em emprego. Essa categoria passou a ser entendida como trabalho pago em dinheiro, fato típico do capitalismo. Também dos relatos históricos se extrai que, quase sempre, o trabalho e/ou a ocupação passaram a ser sinônimos de emprego. É no final do Século XIX, mais precisamente, que se dá a transformação do trabalho em emprego, em emprego protegido ou emprego com *status*, conduzido como compromisso social. A noção de emprego estava, até a década passada, associada à estabilidade, previsibilidade e certeza (ALBORNOZ, 1988, p.96).

Com o avanço tecnológico e sua reestruturação, o emprego migrou da indústria para os serviços, formais ou informais. No mercado em transformação, tornou-se instável e autônomo. No momento atual, além da eliminação de vagas no setor privado, o governo privatiza empresas públicas que, de forma direta ou indireta, passam a demitir em massa. (TOFFLER: 1995, p.51).

Neste início de século, uma outra transformação passou a ocorrer com o trabalho humano, entendido como emprego: com o avanço tecnológico, está ameaçado e, até, sendo eliminado do processo de produção da era da microeletrônica e da automatização. Diante do que foi discutido, depreende-se que o entendimento do que seja emprego e dos conceitos a ele relacionados é extremamente instável. (RIFKIN: 1995, p.71).

No momento atual, se cada sociedade não criar estratégias e políticas adequadas ao trabalhador, corre-se o risco de retornarem formas primitivas de exploração do trabalho e de aprofundamento do caos social. Por outro lado, o avanço tecnológico deste final de milênio

poderá pôr fim à concepção de trabalho como "sofrimento". A automação do trabalho não se fará em benefício da condição humana enquanto a lógica da civilização permanecer na concepção de exploração do trabalho humano. É preciso construir, com o cidadão, um novo modelo de vida e de trabalho.

Nos dias de hoje, o emprego constitui, para uma grande maioria da população brasileira, a única fonte de distribuição de renda e, conseqüentemente, a única forma de sobrevivência. As saídas para os impasses atuais são mais relacionadas a concepções e opções políticas civilizatórias do que produzidas por determinismos históricos. Por isso, a empregabilidade passa pela construção social: não bastam talentos, se não houver oportunidade. Convém lembrar a importância de as organizações formais desenvolverem os valores comunitários no local de trabalho, para desenvolverem, também, a empregabilidade de seus membros. Sem essa nova relação de valores, as organizações não se transformarão e não haverá, em seus espaços, oportunidades para que as pessoas possam exercer a empregabilidade, conforme o termo foi conceituado ao longo deste argumento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRIDGES, William. *Mudanças nas relações de trabalho: como ser bem sucedido em um mundo sem empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.

BUENO, Franciso da S. *Grande dicionário etimológico-prosódico da lingua portuguesa*. São Paulo: Lisa, 1988.

CATTANI, Antônio David. *Trabalho e autonomia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

HANDY, Charles. *A era do paradoxo: dando um sentido para o futuro*. São Paulo: Makron Books, 1995.

KURZ, Robert. A origem destrutiva do capitalismo: modernidade econômica encontra suas origens no armamentismo militar. *Folha de São Paulo*. 30.3.1997, p.3 c.5.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED*. Lei 4923/65. Florianópolis, 2000.

PASTORE, José. *Recursos humanos e relações do trabalho com ênfase no caso dos bancos*. São Paulo: BCB, 1995.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SINGER, Paul. A precarização é causa do desemprego. *Folha de São Paulo*, 10.12.1995, p.2, c.2.

SOUZA, Paulo Renato. *O que são empregos e salários*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. 21.ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. *Filosofia da praxis*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WEBER, Max. *Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.